

RESUMO

Desde o início dos anos oitenta, o governo federal brasileiro passou a substituir a receitas de impostos tradicionais por receita de contribuições sociais (cumulativas) na composição da sua receita total (mudança de gestão). Alega-se que este procedimento é uma consequência das regras de compartilhamento estabelecidas (receitas de impostos do governo federal são compartilhadas com estados e municípios enquanto que receitas de contribuição não o são). Existem argumentos na literatura mostrando que este processo de descentralização das receitas teve sua origem na mudança de regime político (militar para democrático), outros com a nova Constituição de 1988 e, por último, outros afirmando que ele só foi possível porque a ineficiência das contribuições foi encoberta pela ineficiência alocativa da inflação. Por outro lado, fatos ocorridos no mesmo período, embora não citados na literatura, poderiam explicar ou ajudar na explicação deste comportamento. Entre eles, a fragmentação do poder executivo a partir de 1989 com a primeira eleição presidencial e/ou o processo de abertura da economia a partir dos anos noventa. Usando a técnica de OLS, observou-se que a Nova Constituição e a abertura da economia explicariam esta mudança de gestão. De qualquer forma, independente do que esteja explicando esta mudança, ela é apontada como altamente prejudicial a competitividade das exportações brasileiras. Existem várias proxies tentando medir este efeito, nenhuma delas considerando uma medida de gestão. Resolvemos realizar esta tentativa. Como tínhamos desconfiança da exogeneidade da variável representativa da abertura da economia no teste anterior, tratamos a questão com o instrumental de séries de tempo. No longo prazo, descobrimos que a mudança de gestão afeta negativamente as exportações e positivamente a abertura da economia por ser menos punitiva com as importações em termos de competitividade (as contribuições incidem apenas na comercialização dos produtos importados).

JEL classification: H27; H77, H87.

PALAVRAS-CHAVE

Contribuições Sociais; Receitas acumulativas; Efeito sobre Exportações e Importações.

ABSTRACT

Since the beginning of the 80s, the Brazilian Federal Government has been substituting its income raised by traditional taxation for income from social contributions (cumulative) in the make-up of its total revenue (change of type of administration). It is alleged that this procedure has come about as a consequence of the current rules regarding sharing (revenue from Federal Government taxes is shared with the states and municipalities while revenue from contributions is not). There are arguments in literature showing that this process of revenue decentralization arose because of the change in the political regime (military for democratic), others because of the New Constitution of 1988 and others even argue that it was only possible because the inefficiency of the contribution system was concealed by the inefficiency inherent in the inflationary process. On the other hand, facts that occurred in the same period, while not quoted in literature, could explain or help to explain this behavior. Amongst these facts is the fragmentation of executive power as from 1989, with the first presidential election and/or the process whereby the economy was opened up as from the 90s. Using the OLS technique it was observed that the New Constitution and the economic opening would explain this change in revenue administration. In any event, and quite apart from what might go to explain this change, the New Constitution is cited as being highly damaging to the competitiveness of Brazilian exports. There are various proxies trying to measure this effect, but none of them considers measuring the revenue administration process. We decided to try and do just that. Since we doubted the exogeneity of the variable that represented the economic opening in the previous test we looked at the question using time series. In the long run, we discovered that the

change of administration negatively affects exports and positively affects the opening of the economy because it harms imports less in terms of competitiveness (the contributions are due only when the imported products are sold.)

JEL classification: H27; H77, H87.

KEY WORDS

Social contributions; Cumulative revenue; Effects over both exports and imports.

SUMÁRIO

I. Introdução	5
II. As causas da gestão das receitas do governo e o seu efeito sobre as exportações.....	9
1. Determinantes da gestão das receitas do governo federal.....	10
2. O efeito da gestão de receitas do governo federal sobre as exportações	12
III. Conclusões gerais do trabalho.....	17
IV. Apêndices	18
V. Bibliografia	25

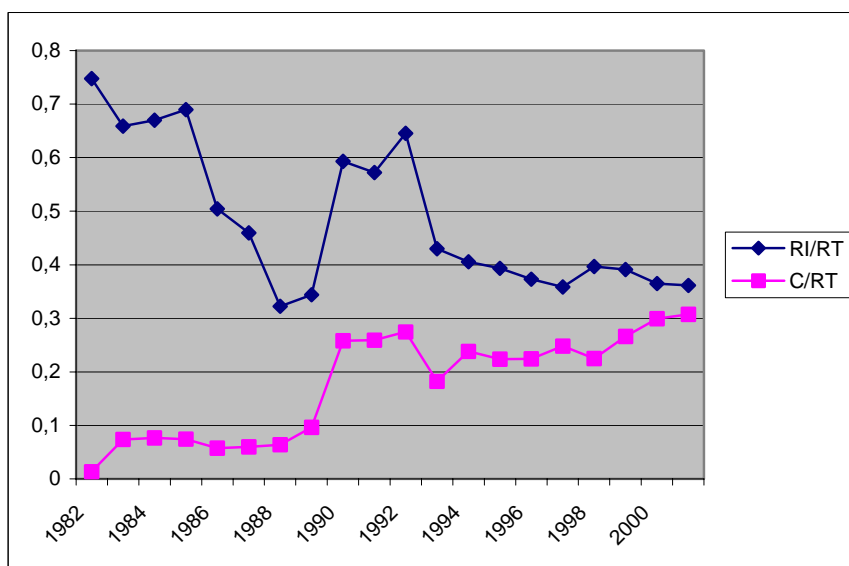
MUDANÇAS INSTITUCIONAIS, RECEITAS CUMULATIVAS DO GOVERNO FEDERAL E EXPORTAÇÕES NO BRASIL ENTRE 1982 E 2001

Paulo Roberto Arvate

I. INTRODUÇÃO

Apesar do total de receitas do governo como um todo passar de um patamar médio de 24,80% do PIB nos anos oitenta para algo em torno dos 35% do PIB em 2002, segundo dados da Receita Federal (Bureau de arrecadação do governo federal), houve uma perceptível mudança na composição das receitas do governo federal neste período. Não é difícil identificá-la. Basta que se acompanhe a evolução das duas principais fontes de arrecadação do governo federal em termos da sua receita total. É justamente isto que apresentamos no gráfico a seguir:

Participação das Receitas de Impostos (RI/RT) e das Contribuições Sociais (C/RT) na Receita Total do Governo Federal



Três constatações podem ser feitas a partir desta evolução: 1] as contribuições sociais -PIS/PASEP/FINSOCIAL(COFINS)/CSLL/CPMF - mantiveram-se estáveis até 1990;¹ 2] há uma mudança de padrão perceptível no comportamento da série CS/RT entre 1990 e 1991;² 3] há uma tendência do governo federal em renunciar receitas de impostos na composição das suas receitas (RI/RT) desde o início dos anos oitenta.

Buscando explicações na literatura sobre o porquê deste comportamento (uma mudança de gestão por parte do governo federal), encontramos três respostas possíveis: a mudança de regime político, a mudança institucional (a Nova Constituição) e o processo inflacionário.

¹ No apêndice 1 deste trabalho apresentamos definições e o estado da arte da estrutura tributária do governo federal para ajudar o leitor na compreensão das siglas e menções de componentes tributários realizadas ao longo do texto.

² Deve-se alertar ao leitor para o fato de que as contribuições não foram criadas conjuntamente e, em alguns casos, tiveram sua alíquota alterada durante o período apresentado no gráfico.

Em relação à mudança de regime, houve, segundo Além e Giambiagi (1996), em toda a América Latina, uma clara correlação entre o grau de concentração de receitas no governo federal e o regime político existente: regimes ditatoriais eram mais concentradores de receitas enquanto regimes democráticos eram mais desconcentradores de receitas. Olhando especificamente para o caso brasileiro, se considerarmos a volta de um presidente civil ao poder como a mudança de regime (1985), pela descrição encontrada em Varsano (1996), não há uma evidência forte desta correlação visto que, mesmo no regime militar, o Brasil presenciou momentos de concentração e desconcentração de receitas.

Em relação à mudança constitucional, temos duas versões sobre a sua importância: a primeira, de Além e Giambiagi (1999), demonstra ser a Constituição um “marco” nesta mudança e, a segunda, de Varsano (1996), demonstra ser a Constituição apenas mais um “round” na briga por receitas do governo federal.

Para Além e Giambiagi (1999), a Constituição de 1988 deflagrou o processo de crescimento das contribuições ao estabelecer que em torno de 50% das receitas de impostos do governo federal deveria ser compartilhada com estados e municípios. Para Varsano (1996), pelo contrário, a Nova Constituição não foi um marco como destacado em Além e Giambiagi (1999). Em meados dos anos oitenta, já existia uma perda de receita de impostos em função dos conflitos existentes. A Nova Constituição foi apenas mais um “round” nesta disputa. O processo de renúncia da receita de impostos na receita total do governo federal já estava em curso antes da promulgação da Nova Constituição.

Por último, a argumentação de que a inflação pode ser considerada como um fator relevante neste processo, foi construída a partir de argumentações encontradas em Varsano et alli (1998). Para estes autores, o ambiente inflacionário permitiu a existência de receitas cumulativas. Como se sabe, tanto inflação como contribuições cumulativas geram ineficiências alocativas. Na presença de inflação, a ineficiência

gerada pelas contribuições não era tão preocupante. Elas só começaram a ser preocupantes com a queda da inflação a partir de 1994 (Plano Real).

Fora o que se encontrou como possível explicação para o comportamento das receitas, outras variáveis poderiam ser consideradas como relevantes para explicar este processo. Como exemplo podemos citar a influência da divisão de poder no Executivo com a eleição presidencial em 1989 e/ou o processo de abertura da economia brasileira nos anos noventa.³

De qualquer forma, por um outro lado, há consenso na literatura sobre o efeito das contribuições sociais sobre a competitividade externa da economia. Varsano et alli (2001) argumentam que *“No Brasil, enquanto a produção doméstica está sujeita à tributação cumulativa da COFINS, do PIS e da CPMF ao longo de toda a cadeia produtiva, os produtos importados só sofrem tal incidência na fase de comercialização ou, se insumos, após incorporarem ao bem que integram. Há desvantagem competitiva dos produtos nacionais no mercado doméstico. A dimensão dessa desvantagem é revelada pelas alíquotas totais sobre os valores das produções setoriais,...., que equivalem a tarifas negativas. Ela sugerem quais seriam os níveis aproximados das tarifas de importação necessárias para eliminar a proteção nominal concedida às importações.”*

Apesar deste consenso, sabe-se que é difícil mensurar o real impacto das contribuições sociais em cada produto e este impacto em termos das exportações totais.⁴ Além do mais, deve-se ainda mencionar que Varsano et alli (2001)

³ A fragmentação do poder com a eleição presidencial levaria a um aumento de gastos que, com o compartilhamento de receitas de impostos, seria bancada com o crescimento de receitas não compartilhadas: contribuições. Veja Perotti e Kontopoulos (1998) sobre este argumento.

⁴ Não há como pegar todos os produtos exportados e verificar um a um quanto a cumulatividade das contribuições foi um agravante nos preços dos produtos exportados porque diferentes produtores para um mesmo produto podem ter verticalizado diferentemente a sua estrutura produtiva para não pagá-las. Fora isto, o governo, para reduzir o impacto da cumulatividade estabeleceu uma regra arbitrária de abatimento da carga de IPI sobre produtos exportados que podem ou não estar solucionando este problema. De qualquer forma, como o governo já vem renunciando receitas tradicionais – o IPI compõe esta receita – em troca das contribuições, medidas neste sentido fazem parte do processo que estamos descrevendo.

reconhecem não ser próprio apenas das contribuições à natureza cumulativa das receitas do governo. Há fortes evidências de que grande parte da estrutura tributária brasileira sofra deste mal. Segundo Varsano et alli (2001), “*mais de 40% da receita administrada pela SRF (governo federal) e, ao todo, quase 25% do montante de tributos arrecadados pelos três níveis de governo, são gerados por tributação cumulativa*”.^{5 6}

Baseando-nos no comportamento das receitas do governo federal e nas argumentações apresentadas, definimos o objetivo deste trabalho: encontrar, dentre as causas mencionadas nesta introdução, quais realmente influenciaram a gestão das receitas e, na impossibilidade de uma mensuração exata do impacto das contribuições sobre as exportações, verificar de que forma este padrão de gestão, algo não apresentado na literatura, afetou as exportações. Para desenvolver este objetivo dividimos este artigo em três seções incluindo esta introdução. Na próxima seção apresentaremos os modelos e os testes para verificar os objetivos traçados. Na última parte apresentaremos as conclusões gerais do trabalho.

II. AS CAUSAS DA GESTÃO DAS RECEITAS DO GOVERNO E O SEU EFEITO SOBRE AS EXPORTAÇÕES

Dividimos esta seção em duas partes. Na primeira, tentaremos descobrir que variáveis afetaram o comportamento da gestão tributária do governo federal e, na segunda, testaremos como a gestão tributária afetou as exportações.

⁵ “ *Dados da SRF revelam que COFINS, PIS e CPMF correspondem em 2000 a 38,8% do total da receita administrada. Note-se, porém, que o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) cobrados sobre o lucro presumido, bem como o Simples, nada mais são que tributos sobre o faturamento, cumulativos; e a incidência de IPI sobre bens de capital, a adoção do chamado “critério físico, bem como a não-restituição de créditos acumulados desse imposto em poder dos contribuintes são também adições à cumulatividade da tributação federal.*” Varsano et alli (2001). O IRPJ é mais uma receita tradicional.

⁶ Tem-se a mesma impressão lendo o apêndice 1. Existe muita receita baseada em receita de vendas e lucro presumido ou arbitrado.

1. DETERMINANTES DA GESTÃO DAS RECEITAS DO GOVERNO FEDERAL

Como nossa preocupação é verificar quais variáveis serviram para explicar o comportamento da gestão das receitas do governo federal, adotamos como variável representativa desta medida a participação das contribuições sociais sobre a receita total (CS/RT). Entendemos que não faria diferença adotar esta variável ou a participação das receitas de impostos na receita total (RI/RT) porque a composição das mesmas deve necessariamente ser igual a 1. Como elas são as principais receitas do governo, a mudança na composição de uma delas, já serviria como *proxy* desta gestão. As variáveis exógenas do nosso modelo serão baseadas na descrição encontrada na introdução: uma *dummy* para captar a mudança institucional (nova Constituição), uma *dummy* para captar a mudança de regime (consideramos como mudança de regime neste trabalho a posse do presidente civil), a evolução da taxa de inflação (INPC), o índice de fragmentação do poder no executivo (consideramos valor 1 para o período anterior a eleição presidencial) e um índice para representar a abertura da economia. Todas as variáveis utilizadas no teste e a fonte metodológica usada na construção das mesmas, podem ser vistas no apêndice 2.

Ao assumirmos inicialmente quais variáveis seriam exógenas e, na verdade muitas delas o são realmente – a mudança institucional (a nova Constituição) parece não deixar dúvida disto -, resolvemos adotar a técnica de Mínimos Quadrados Simples com a seguinte ressalva: caso haja alguma desconfiança quanto a exogeneidade das variáveis significativas no resultado final, utilizaremos técnica mais adequada para tratar a questão. O resultado empírico desta investigação é apresentado na tabela 1:

Tabela 1**Explicação para o Comportamento da Gestão de Receita do Governo Federal**

Variáveis independentes	Contribuições sociais/Receita totais (CS/RT)
CONSTITUIÇÃO	18,06749*
	(10,36864)
OPEN	4,651205*
	(1,057101)
R²	0,833745
R² ajustado	0,824509
Desvio-padrão	4,115991
Dubin Watson	2,081964
Número de Observações	20

Nota: * 99% de significância. Os valores em parênteses são os desvios-padrão.

Dentre as variáveis utilizadas na estimativa, apenas duas foram significativas para explicar o comportamento da gestão de receita do governo federal: uma variável institucional (*dummy* para a mudança constitucional) e uma variável econômica (índice de abertura da economia).

Pelos coeficientes, tanto a mudança institucional quanto à abertura da economia tiveram um impacto muito forte sobre a gestão das receitas do governo federal (18,06749 e 4,651205 respectivamente). A Nova Constituição influenciou a gestão das receitas do governo federal corroborando a argumentação de Além e Giambiagi (1999). Como dissemos, não há dúvida também sobre a exogeneidade desta variável.

Por um outro lado, surpreendentemente a abertura da economia influenciou o processo de gestão (surpreendentemente inclusive pela sua exogeneidade).⁷ Como dissemos na introdução, seria nosso objetivo investigar se a gestão de receitas do

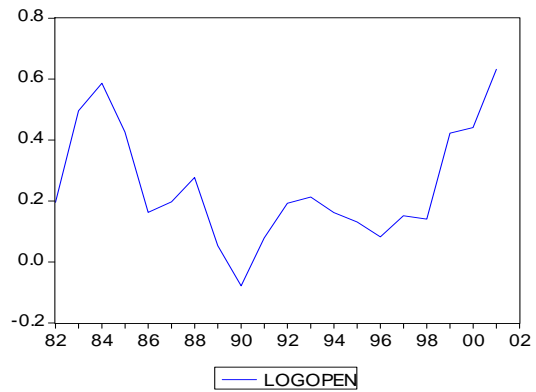
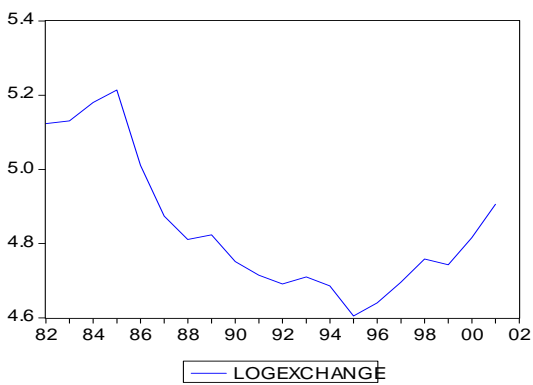
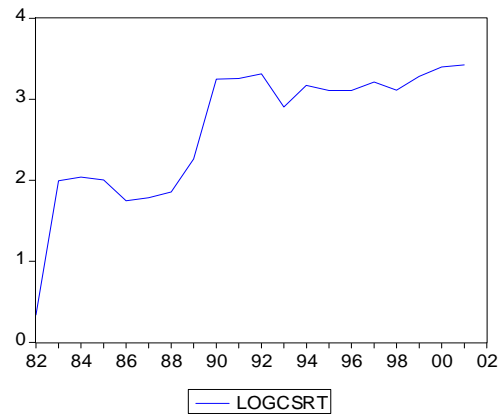
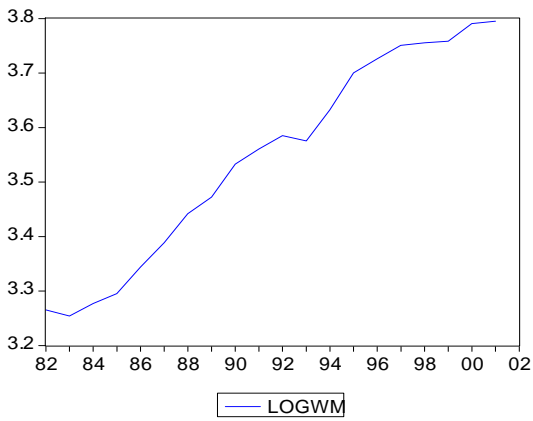
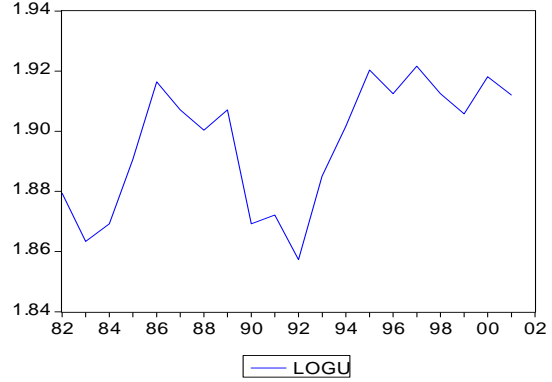
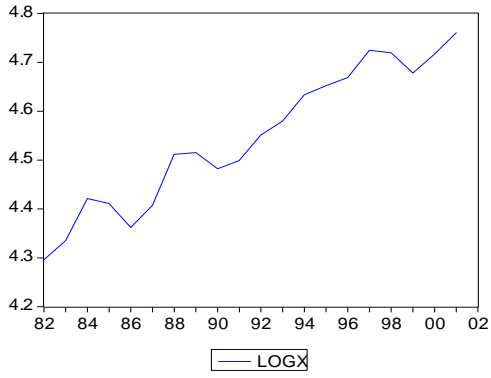
⁷ Pode ser que seja ou não. Precisamos de um estudo técnico melhor para confirmar esta causalidade.

governo federal afetou as exportações. Com a surpresa deste resultado, para não usarmos na conclusão deste trabalho uma causalidade espúria, resolvemos aproveitar a segunda parte desta seção e acrescentar a ela a variável representativa da abertura da economia para, com a técnica de séries de tempo, verificarmos se esta causalidade é correta. Passemos a nossa investigação sobre as exportações.

2. O EFEITO DA GESTÃO DE RECEITAS DO GOVERNO FEDERAL SOBRE AS EXPORTAÇÕES

A base técnica que serviu ao desenvolvimento da segunda parte desta seção pode ser encontrada no trabalho de Castro e Cavalcanti (1997). Em uma das seções de seu trabalho, os autores buscam explicar o comportamento das exportações totais através de três séries: câmbio, utilização da capacidade instalada e importações mundiais como *proxy* da renda mundial. O período escolhido naquela investigação vai de 1955 a 1995. Nos resultados de longo prazo, duas variáveis afetariam o comportamento das exportações: as importações mundiais e o câmbio real. Procuramos utilizar inicialmente as mesmas variáveis que os autores ressaltando que: o período fixado para este trabalho vai de 1982 a 2001 (um período de tempo muito menor do que o escolhido pelos autores); na *proxy* de utilização da capacidade ociosa, ao invés de estabelecer um ano de plena utilização da capacidade, construímos uma série de produto potencial e verificamos como o produto varia em torno dela para definirmos a utilização da capacidade, resolvemos adotar uma base primária de utilização da capacidade na indústria. Adicionamos ao teste, claro, as duas séries que são nosso objeto de estudo (gestão e abertura da economia).⁸ As séries primárias utilizadas nesta parte do trabalho estão no apêndice 3. O logaritmo destas séries é apresentado a seguir:

⁸ A abertura da economia devido ao resultado alcançado na primeira parte desta seção.



Parece-nos, a princípio, que a série do logaritmo das exportações e das importações mundiais possui uma tendência. Isto não foi observado no trabalho de Castro e Cavalcanti (1997). A razão para esta tendência na série em nível pode ser explicada pelo menor período de tempo utilizado nesta investigação (1982 a 2001). Adotamos deste expediente porque a mudança nas receitas do governo federal (gestão) começou na década de oitenta.

Como já foi uma preocupação demonstrada na primeira parte desta seção, para não realizarmos uma regressão espúria, adotamos procedimentos técnicos próprios ao tratamento de séries temporais. Começamos verificando se as séries são estacionárias. Para isto, utilizamos o teste Dickey-Fuller aumentado (ADF) com uma constante e uma constante e tendência em todas as séries. Os resultados são apresentados no apêndice 4 deste trabalho.

O teste ADF indicou que deveríamos rejeitar a existência de raiz unitária para cada uma das séries envolvidas em nível e seguir um padrão de especificação apresentado em primeira diferença. Sendo assim, as séries envolvidas são integradas em ordem $I(1)$.

Em função deste resultado, nosso próximo procedimento foi estimarmos um VAR (forma reduzida), irrestrito, com dois períodos de defasagem incluindo intercepto, manter as variáveis LOGX, LOGCSRT e o LOGOPEN como candidatas possíveis a variáveis endógenas e todas as demais (LOGU, LOGWM e LOGEXCHANGE) como exógenas. O melhor VAR, seguindo os critérios de Akaike e Schwarz, foi aquele em que a variável LOGX aparece como endógena. Entretanto, ao adotarmos a primeira diferença, estarão sendo omitida quaisquer informações a respeito do comportamento de equilíbrio de longo prazo das variáveis.

Para ficarmos com o modelo estrutural na primeira diferença, verificamos através do teste de Johansen se não haveria relações de equilíbrio de longo prazo ao aplicarmos o VAR.⁹ O resultado pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 2
Resultado do Teste de Johansen

AUTOVALOR	Likelihood ratio	5%	1%	
0,952051	95,22461	96,68	35,65	$r = 0^{**}$
0,901087	43,58511	15,41	20,04	$r = 1^{**}$
0,221442	4,255295	3,76	6,65	$r = 2^*$

Nota: * 1% e **5% de significância.

O teste dos autovalores, ao nível de 5%, rejeita a hipótese de não existir até dois vetores de correção de erros, ou seja, apesar de cada componente de LOGX ser I(1), existem duas combinações lineares de variáveis que são estacionárias. Os coeficientes normalizados, que indicam a relação de longo prazo entre as variáveis, são apresentados na tabela a seguir:

⁹ Mantivemos no teste as mesmas variáveis exógenas.

Tabela 3**Coefficientes Normalizados – Duas Equações Co-integradas**

LOGX	LOGOPEN	LOGCSRT	Constante
1,0000	0,0000	-0,130437	-4,201661
		(0,05020)	
0,0000	1,0000	1,540430	-5,497196
		(0,64684)	

Nota: Os valores em parênteses são os desvios-padrão.

Na primeira, o LOGX depende do LOGCSRT. Se o governo federal aumentar, por exemplo, em 10% a participação das Contribuições Sociais na sua Receita Total, as exportações cairão em 13,04%. Na segunda, o LOGOPEN também depende de LOGCSRT. No mesmo exemplo, se o governo federal aumentar em 10% a participação das Contribuições Sociais na Receita Total, a abertura da economia crescerá em 154,04%. Isto ocorre porque na definição da variável abertura da economia somam-se exportações e importações em termos do PIB. Como já havia explicitado Varsano et alli (2001) e como foi exposto no apêndice 1, toda a carga cumulativa das contribuições recai fundamentalmente sobre as exportações. Esta mudança de gestão no sentido de elevar as Contribuições Sociais sobre a Receita Total levou a um aumento nas importações mais forte do que a queda das exportações mostrada isoladamente no resultado anterior. Há um claro indicio que este tipo de gestão prejudica a competitividade das exportações e melhora internamente a competitividade dos produtos produzidos em outros países.

III. CONCLUSÕES GERAIS DO TRABALHO

Este trabalho procurou destacar as causas que motivaram o governo federal a mudar a sua forma de arrecadação e os efeitos sobre a competitividade externa da economia deste tipo de escolha.

Pelos resultados apresentados, e entre as diferentes argumentações existentes na literatura, fica claro que a Nova Constituição de 1988, ao estabelecer regras de compartilhamento dos impostos federais com estados e municípios, determinou a escolha do governo federal de buscar receitas não compartilhadas para substituir esta perda: receitas de contribuições sociais.

O efeito desta escolha (gestão) afetou a competitividade externa na economia no longo prazo devido à cumulatividade explícita nas contribuições. Reduziu as exportações e beneficiou as importações porque qualquer produto produzido internamente pagou as contribuições sociais em cada estágio de produção e os produtos produzidos externamente (importações) pagaram apenas na fase de comercialização.

Diante destes resultados, há uma recomendação explícita para uma revisão no compartilhamento de receitas estabelecida pela Nova Constituição de 1988. É bom frisar que a origem da distorção imposta pela gestão é fruto de um conflito entre as três esferas de governo que não foi equacionado. São questões institucionais que antecedem uma reforma tributária que não devem ser negligenciadas porque, como vimos, a estrutura institucional montada, gerou um comportamento maximizador do agente arrecadador em uma das esferas de governo com conseqüências perversas para a economia (o governo federal abriu mão de receitas que não ficavam totalmente com ele porque, entre outras coisas, existia um custo para arrecadar esta receita).

IV. APÊNDICES

Apêndice 1

Notas Explicativas sobre a Estrutura Tributária do Governo Federal no Brasil

Como na maioria dos países, à medida que houve uma evolução institucional na área fiscal, a estrutura tributária tornou-se mais complexa. O Brasil não foge a regra. O que o faz Brasil fugir a regra é a presença de uma estrutura tributária bastante cumulativa e a renúncia marcante de impostos do governo federal devido ao compartilhamento deste tipo de receita com estados e municípios. O que pretendemos aqui é dar uma visão geral sobre as receitas do governo federal. Começaremos pelas contribuições sociais.

Contribuições sociais: são receitas arrecadadas pelo governo federal para a realização de gastos sociais específicos. O governo federal arrecada estas contribuições em cada estágio da produção, basicamente sobre a receita de vendas, e não sobre o valor adicionado. O resultado deste procedimento é que quanto mais estágios de produção existem, maior será a carga tributária sobre o produto final. Este tipo de contribuição é cumulativo e ineficiente porque impede a verticalização da produção. Somando-se a isto, do ponto de vista comercial, ela afeta a competitividade externa da economia porque os produtos importados só pagam as contribuições na fase de comercialização enquanto que as exportações pagam em todas as fases da cadeia produtiva. É bem verdade que o governo federal, ao reconhecer este tipo de problema, abriu mão de parte do IPI (imposto sobre consumo incidente nos produtos industrializados), fixando arbitrariamente por produto uma parcela de imposto que poderia ser recuperada pelo produtor (O IPI é pago sobre valor adicionado. Se o produtor tivesse débito com este tipo de imposto

abateria o valor fixado como crédito antes do recolhimento). Nem sempre é possível fazer uso deste abatimento porque nem sempre o produto possui créditos deste tipo de imposto para abater (o produtor pode não estar tendo fases industriais de produção ou pode estar pagando alíquota única se for uma empresa de pequeno porte ou uma empresa média pela legislação do SIMPLES). Também é verdade que algumas vezes este abatimento pode configurar um subsídio. Por isto, existe muita dificuldade de se estimar o real impacto sobre as exportações e a competitividade externa da economia. Vejamos os tipos de contribuições sociais existentes, finalidade e base de arrecadação:

Tipos de Contribuição	Finalidade	Base para arrecadação
Plano de Integração Social (PIS) – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)	Salário-desemprego e abono para empregados que ganham até dois salários mínimos	Percentual sobre a Receita Bruta
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (atual COFINS)	Seguridade social	Percentual sobre a Receita Bruta
Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira (CPMF)	Saúde	Percentual sobre Qualquer transação Financeira
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL)	Programas sociais	Percentual sobre o lucro real, presumido ou arbitrado dependendo de como a legislação classifique a empresa
Salário – educação	Melhoria do Ensino Fundamental	Percentual sobre a remuneração paga aos empregados

Fonte: Receita Federal.

Passemos às receitas de impostos:

Impostos do governo federal: Fazem parte da receita de impostos do governo federal os seguintes impostos:

Tipos de Impostos	Cobrança
Impostos sobre Operações de Crédito (IOF)	Percentual cobrado sobre cada aplicação financeira
Impostos sobre a renda	
Pessoa Física (IRPF)	Percentual que varia de acordo com a faixa de renda dos indivíduos
Pessoa Jurídica (IRPJ)	Percentual cobrado sobre lucro real, presumido ou arbitrário. Depende da classificação da empresa na legislação
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	Percentual cobrado sobre produtos industrializados – valor adicionado
Imposto sobre Importações (II)	Percentual cobrado sobre produtos importados - imposto sobre consumo – há incidência de IPI em conjunto
Imposto Territorial Rural (ITR)	Percentual cobrado sobre o valor da Terra – imposto sobre patrimônio
Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF)	Percentual cobrado sobre Qualquer Movimentação Financeira – Cobrado apenas em 1993/94/95 – foi substituído pela CPMF

Fonte: Receita Federal.

E uma legislação especial para microempresa (M) e empresas de pequeno porte (EPP):

Impostos cobrados sobre micro empresa e empresas de pequeno porte (SIMPLES): existe a opção legislativa dada a empresas que se classificam como M e EPP – classificação realizada em função da receita bruta mensal – que permite a

este tipo de empresa escolher pagar uma alíquota sobre sua receita mensal bruta e deixar de pagar as seguintes contribuições e impostos:

1. PIS;
2. COFINS;
3. CSLL;
4. Salário-educação;
5. IPI (se for contribuinte);
6. IRPJ.

E outros ainda não mencionados:

1. Parcela de contribuição patronal da previdência social (INSS patronal);
2. Contribuições econômicas patronais para entidades de classe (SESC, SENAI, SESI, SENAC, SEBRAE e contribuição sindical patronal);
3. Se houver convênio com o estado – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS): imposto sobre consumo cobrado no valor adicionado de competência estadual – e, o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (ISS): alíquota cobrada sobre o preço do serviço de competência municipal.

Apêndice 2

Dados Primários que Foram Utilizados para Explicar a Capacidade de Gestão

Anos	CS/RT	FRAGP	INPC	CONSTITUIÇÃO	REGIME	OPEN
1982	1.403923	1.000000	5.966128	0.000000	0.000000	1.215661
1983	7.356985	1.000000	8.906210	0.000000	0.000000	1.641866
1984	7.686248	1.000000	9.864476	0.000000	0.000000	1.797205
1985	7.412171	1.000000	10.73455	0.000000	1.000000	1.531401
1986	5.729876	1.000000	4.052998	0.000000	1.000000	1.176375
1987	5.958274	1.000000	14.37554	0.000000	1.000000	1.218169
1988	6.398133	1.000000	22.13081	0.000000	1.000000	1.319157
1989	9.615897	0.828037	28.94166	1.000000	1.000000	1.054861
1990	25.77877	0.828037	28.96083	1.000000	1.000000	0.924658
1991	25.90679	0.828037	15.87897	1.000000	1.000000	1.081745
1992	27.50090	0.828037	23.43257	1.000000	1.000000	1.212405
1993	18.24835	0.828037	31.20750	1.000000	1.000000	1.237553
1994	23.84202	0.623066	23.10667	1.000000	1.000000	1.175749
1995	22.39304	0.623066	1.670833	1.000000	1.000000	1.139652
1996	22.39655	0.623066	0.730833	1.000000	1.000000	1.085733
1997	24.83487	0.623066	0.355000	1.000000	1.000000	1.163943
1998	22.45968	0.605320	0.205833	1.000000	1.000000	1.151145
1999	26.60075	0.605320	0.677500	1.000000	1.000000	1.525574
2000	29.89655	0.605320	0.430000	1.000000	1.000000	1.554754
2001	30.70631	0.605320	0.755000	1.000000	1.000000	1.882247

Notas: CS/RT: considerou-se como contribuições sociais as contribuições apresentadas no apêndice 1; FRAGP: $F = 1 - \sum v_i^2$ onde v_i é a proporção de votos obtida por cada candidato – adotamos até 1988 valor 1 porque os presidentes neste período não foram eleitos mesmo que em 1985 o poder tenha passado dos militares para um presidente civil; INPC: Variação anual do Índice de preços ao consumidor; CONSTITUIÇÃO: *dummy* com valor zero antes da mudança constitucional e um após a mudança; REGIME: *dummy* com valor zero no período autoritário e um para o período democrático (consideramos que o presidente civil empossado em 1985 foi o marco desta mudança); OPEN: abertura da economia – soma das exportações mais importações divididas pelo PIB (mesma metodologia utilizada em Ashworth e Heyndels(2002)).

Apêndice 3

Dados Primários que Foram Utilizados para Explicar as Exportações Brasileiras

Anos	Log Exportações Totais (LOGX)	Log Importações Mundiais (LOGWM)	Log da capacidade utilizada na indústria (LOGU)	Log da taxa de câmbio (LOGEXCHANGE)	Log das Contribuições Socias/ Receitas Totais (LOGCSRT)	Log da abertura da economia (LOGOPEN)
1982	4.296169	1.215661	1.879383	3.265252	0.339270	4.296169
1983	4.334999	1.641866	1.863323	3.253959	1.995650	4.334999
1984	4.421217	1.797205	1.869232	3.277097	2.039433	4.421217
1985	4.410994	1.531401	1.890700	3.295371	2.003123	4.410994
1986	4.361996	1.176375	1.916454	3.343867	1.745694	4.361996
1987	4.407392	1.218169	1.907143	3.388768	1.784781	4.407392
1988	4.511662	1.319157	1.900367	3.441880	1.856006	4.511662
1989	4.515332	1.054861	1.907143	3.472300	2.263418	4.515332
1990	4.481913	0.924658	1.869232	3.532653	3.249551	4.481913
1991	4.499004	1.081745	1.872156	3.560373	3.254505	4.499004
1992	4.551227	1.212405	1.857332	3.585187	3.314219	4.551227
1993	4.579763	1.237553	1.885078	3.575529	2.904074	4.579763
1994	4.633345	1.175749	1.901731	3.632394	3.171450	4.633345
1995	4.652246	1.139652	1.920384	3.700007	3.108750	4.652246
1996	4.668879	1.085733	1.912488	3.726084	3.108907	4.668879
1997	4.724514	1.163943	1.921686	3.750706	3.212249	4.724514
1998	4.719676	1.151145	1.912488	3.755325	3.111722	4.719676
1999	4.677722	1.525574	1.905796	3.758336	3.280939	4.677722
2000	4.716642	1.554754	1.918161	3.790491	3.397743	4.716642
2001	4.760324	1.882247	1.912089	3.795063	3.424468	4.760324

Notas: LOGX: considerou-se as exportações em dólares deflacionada pelo IPA dos Estados Unidos (Fonte: IPEADATA); LOGWM: considerou-se a demanda de importações mundiais em dólares deflacionada pelo IPA dos Estados Unidos (Fonte: IFS-FMI); LOGU: utilizou-se a capacidade utilizada na indústria como *proxy* do nível de atividade doméstica (Fonte: IPEADATA/FIESP); LOGEXCHANGE: taxa efetiva de câmbio (reais/dólares) (Fonte: IFS). Com exceção da taxa real de câmbio (taxa nominal multiplicada pelo IPA do Brasil e dividida pelo IPA dos Estados Unidos); da *proxy* do nível de atividade doméstica (calculado a partir do produto à Cavalcanti (1997)); e LOGOPEN (veja definição da variável OPEN no apêndice anterior).

Apêndice 4

Teste Dickey-Fuller “Aumentado” para as Séries em Primeira Diferença

Variável	ADF(c)	Valores críticos Mackinnon (5%)	ADF(c,t)	Valores críticos Mackinnon (5%)
LOGX	-7,977799	-3,8877	-7,583702	-3,7119
LOGWM	-2,487106	-3,0521	-2,854695	-3,7119
LOGU	-2,460639	-3,0521	-2,404961	-3,7119
LOGEXCHANGE	-2,423680	-3,0521	-4,124948	-3,7119
LOGOPEN	-3,206775	-3,0521	-5,111829	-3,7119
LOGCSRT	-3,018914	-3,0521	-2,913102	-3,7119

Nota: (c) é uma constante; (c, t) é uma constante e tendência.

Nota técnica: apesar da variável LOGWM não ter sido significativa a 5% no ADF, ela o foi em Phillip-Peron com os valores críticos de Mackinnonn (-3,617213 com -3,0400 de valor crítico em 5%). Dada esta dúvida, fizemos uma identificação usando o método Box-Jenkins e obtivemos ruído branco com uma identificação AR(1).

V. BIBLIOGRAFIA

ALÉM, A. C. e GIAMBIAGI, F. (1999). *Finanças Públicas: Teoria e prática no Brasil*. Editora Campus.

ASHWORTH, J. and HEYNDELS, B. (2002) Tax structure turbulence in OECD countries. *Public Choice 111*: 347-376.

CARVALHO, A. e de NEGRI, J.A. (2000). Estimação de equações de importação e exportação de produtos agropecuários para o Brasil (1977/1998). Texto para discussão interna 698. IPEA.

CASTRO, A.S. de e CAVALCANTI, M.A.F.H. (1997) Estimação de equações de Exportação e Importação para o Brasil – 1955/95. Texto para discussão número 469. IPEA.

CASTRO, A.S. e ROSSI JR., J.L. (2000). Modelos de previsão para exportação das principais commodities brasileiras. Texto para discussão número 716. IPEA.

LOPES, H. F. e LIMA, E.C.R. (1995). Co-integração: enfoques clássico e bayesiano. Sexta escola de séries temporais e econometria. Associação Brasileira de Estatística.

PEROTTI, R. e KONTOPOULOS, Y. (1998) Fragmented Fiscal Policy. Paper to discussion. Columbia University.

ROUBINI, N. and SACHS, J. (1989) Political economic determinants of budget deficits in the industrial democracies. *European Economic Review*, 33.

VARSAÑO, R. (1996). A evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao longo do século: anotações e reflexões para futuras reformas. Texto para discussão número 405. IPEA.

VARSAÑO, R.; PEREIRA, T.R.; ARAÚJO, E.A.; SILVA, N. L. C. da e IKEDA, M. (2001) Substituindo o PIS e a COFINS – e porque não a CPMF? – por uma contribuição não-cumulativa. Texto para discussão número 832. IPEA.